

Protagonists of the battles: Angola's black army**Ariane Carvalho***

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a guerra preta, maior contingente presente nas campanhas militares em Angola do século XVIII. A importância desta tropa foi confirmada pela historiografia especializada, que evidenciou a necessidade de reconhecimento das forças locais africanas e o estabelecimento de alianças políticas para sucesso das campanhas. A guerra preta foi elemento demográfico principal das fileiras militares, o que fez prevalecer os costumes bélicos locais, mesmo nas guerras de iniciativa do governo português. Sem isso, era impossível aos poderes lusos formar tropas e fazer guerras. Considerando a centralidade desta tropa visamos compreender melhor os elementos que a compõe, os títulos políticos, suas hierarquias, os discursos, e memórias sobre esta força militar.

Palavras-chave: Angola; Guerra Preta; Militares.

Abstract: This article aims to analyze the black army, the largest contingent present in military campaigns in Angola in the eighteenth century. The importance of this troop was confirmed by the specialized historiography, which highlighted the need for recognition of local Central African forces and the establishment of political alliances for successful campaigns. The black army was the main demographic element of the military ranks, which made local warfare customs prevail, even in the campaigns initiated by the Portuguese government. Without this, it was impossible for Portuguese governments to form troops and wage wars. Considering the centrality of this troop, we aim to better understand the elements that compose it, the political titles, their hierarchies, the discourses, and memories about this military force.

Keywords: Angola; Black Army; Military.

Em 30 de setembro de 1793, em seu “Diário do Exército da Conquista do Sertão de África”, o militar português Paulo Martins Pinheiro de Lacerda queixou-se da total falta de “guerra preta”, que havia desertado. Acrescentou que sem ela era impraticável qualquer ação nos sertões de África, não se podia “adiantar a Campanha”.¹ Paulo Lacerda, como boa parte da historiografia

* Graduada e mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professora colaboradora da pós-graduação *lato sensu* do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos e da rede pública de educação básica da Prefeitura de Itaguaí.

sobre Angola (COUTO, 1972; FERREIRA, 2003; THORNTON, 2004; SANTOS, 2005; HEYWOOD, 2010, CANDIDO, 2011), reconheceu que o grosso da força militar “portuguesa” era formada pela guerra preta, um contingente militar africano aliado aos súditos portugueses. A guerra preta não era homogênea, mas composta por diferentes corpos e hierarquizada. Nos documentos, os que aludiam a ela reconheciam as autoridades militares africanas, sugerindo que o comando das expedições guerreiras não ficava apenas entre os que desfrutavam de postos com patentes militares portuguesas. Além disso, aquelas palavras de Paulo Lacerda revelam que a organização militar proposta por Lisboa e as tropas portuguesas em Angola, pelo menos em tempos de guerra nos sertões, necessariamente tinham que considerar as forças africanas como parte de fundamental de seu contingente. Sendo assim, a guerra em África foi moldada pelos costumes locais e pela adoção de táticas de guerra africanas.

Se era nos moldes africanos que a guerra acontecia, cabe a análise do seu principal destacamento militar, a guerra preta. Não pretendemos elaborar uma definição fechada sobre o que seria a guerra preta. Se pouco sabemos sobre a guerra preta, aqui, portanto, realizamos um esforço de compreender melhor os elementos que a compõe, os títulos políticos, suas hierarquias, os discursos e memórias sobre esta força militar, entre outros aspectos.

Estes grupos de combatentes africanos eram formados por sobas com seus exércitos privados e que eram aliados aos portugueses, além de grupos mercenários e regimentos de escravos. Assim como nas guerras envolvendo indígenas no Brasil (GODOY, 2017), em Angola houve trocas políticas e culturais entre europeus e africanos, por isso foi comum a utilização de escravos como soldados, bem como a utilização de armas como espadas, escudos, arcos, flechas, lanças e azagaias, concomitante à incorporação, mesmo que parcial, de armas de fogo europeias (MATTOS, 2010, pp. 442, 443).

A guerra preta se formou no final do século XVII, sendo constituída apenas por soldados negros, um tipo de tropa que se caracterizava pela grande mobilidade devido ao conhecimento do território e à vestimenta mais leve que utilizavam (FERREIRA, 2003, pp. 171, 173). A dependência em relação aos africanos era tamanha que se temiam deserções e consequentes paralisações das operações militares. Segundo Carlos Couto, a guerra preta era um fenômeno característico da presença portuguesa em Angola e os recrutamentos para esta tropa garantiam a preservação dos poderes instituídos constituindo uma relação entre os capitães-mores e os

¹ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa, Conselho Ultramarino, Avulsos Angola, Caixa 79, doc 59. Este artigo é parte integrante da minha tese de doutorado intitulada “Guerras nos sertões de Angola: Sobas, Guerra Preta e Escravização (1749-1797)”.

chefes africanos². Nesse sentido, a guerra preta é definida como uma tropa de cor, de segunda linha, comandada por chefes indígenas, que coadjuvou com as forças portuguesas nas lutas de ocupação.³

Necessariamente, para o recrutamento da guerra preta havia a participação de sobas avassalados, dembos e macotas. Conforme Beatrix Heintze, um dos principais deveres daqueles que se tornavam vassalos na monarquia portuguesa era o apoio militar, pois “eram pessoalmente obrigados a tomar parte, com um certo número de homens armados, no exército português, sempre que fossem solicitados, formando conjuntamente com os escravos dos europeus, a guerra preta” (HEINTZE, 2007, p. 413). Ademais, eram também integrados às forças portuguesas o tendala, os quilambas e quimbares, agentes africanos da guerra (SANTOS, 2005, p. 291). Logo, em um mesmo exército havia a presença de culturas diversas, ou melhor, as forças militares “portuguesas” eram formadas por diferentes tipos de aliados. Do mesmo modo que havia uma coexistência tecnológica pelo uso de armas próprias da cultura africana, como arcos e flechas junto com armas de origem europeias, como as armas de fogo, vigorava a coexistência de lideranças e de autoridades.

Apesar de Carlos Couto informar que a guerra preta se formou em finais do século XVII, há menções a este segmento militar desde a primeira metade desta centúria. Nas memórias escritas pelo militar Antônio de Oliveira Cadornega, o auxílio da guerra preta nas campanhas militares empreendidas vigorou já no governo de João Correia de Souza (1621-1623) na campanha contra os Sobas de Ensaca. Ao tratar sobre a “fuga” dos “inimigos”, Cadornega informou que o Capitão-mor:

[...] puxando por alguns 130 homens de seu arraial, toda moça e de bom pé com o capitão-mor de cavalos Luis Machado, com guerra preta escravos dos portugueses, e algumas quilambas, e sovas vassalos, partiu em seu seguimento, matando e aprisionando muita gente dos fugidos passando atrás deles os rios [...]
(CADORNEGA, 1972, Tomo I, p. 103).

² Carlos Couto escreveu sua obra no contexto do Estado-Novo português e por isso, supôs efetividade da soberania portuguesa em Angola por meio da ocupação e colonização. Ainda assim, reconheceu a fragilidade da presença portuguesa em Angola e a dependência de forças políticas locais (COUTO, 1972).

³ Sua origem remonta ao começo da conquista e era motivada pela falta de efetivos militares portugueses. Paulo Dias Novaes tratou logo avassalar os sobas que conquistava e estes “esperavam uma oportunidade para se eximirem à ditadura do Rei de Angola, muitos dos quais, por sinal, já se haviam acolhido à proteção dos jesuítas [e] não tardaram a reconhecer a autoridade portuguesa.” Desta adesão nasceu a guerra preta formada por jagas e de empacaceiros (COUTO, 1972, pp. 256- 259).

O primeiro capitão-mor da guerra preta conhecido por Cadornega foi Antônio Dias Mossungo, que exerceu o posto entre 1620 e 1630. Sendo assim, Mossungo provavelmente ocupou o posto durante a campanha contra os sobas de Ensaca e em outras, já que ficou no posto durante 10 anos (CADORNEGA, 1972, Tomo II, p. 580). Na descrição da batalha contra a rainha Jinga, na época de Fernão de Sousa (1624-1630), Antônio Dias Mossungo aparece novamente, mas então como capitão-mor da guerra preta e tendala do Reino. Em uma nota Cadornega chama a atenção para o fato de o tendala servir como intérprete entre os sobas e o governador. A importância desta função pode ser afirmada pelo fato de os gentios o idolatrem (CADORNEGA, 1972, Tomo I, p. 185). O vocabulário social classificatório de cor foi usado por Cadornega para descrever Mossungo. Nos dizeres do cronista militar, Mossungo era “um valente homem ainda que de cores pretas, [...] em quem o nosso gentio tinha muita fé em suas empresas por ser valoroso” (CADORNEGA, 1972, Tomo I, p. 134). Não foi só uma vez que o discurso de Cadornega atenuou a qualidade de cor de Mossungo em relação as suas virtudes. Em outra passagem Cadornega afirma:

A primeira seja dizer antes que nos passe por alto os muitos merecimentos que havia em o Capitão-mor da guerra preta e Tendala do Reino, Antônio Dias Musungo a anga; comparo a este preto só em as cores, que o mais tudo tinha de branco, aquele que houve em Flandres em tempo do Excelente Duque de Alva, que se intitulou el Negro valiente em Flandres fulano (sic) de Alva; mas porque havemos de buscar comparações estranhas quando as temos no nosso Portugal e Estado do Brasil do nosso tempo, o esforçado e sem pavor Henrique Dias que com seu Terço de gente preta de Angola, como ele também o era, obrou maravilhas como as nossas histórias o contam e agora novamente o traz [...] (CADORNEGA, 1972, Tomo II, p. 183).⁴

Além de atenuar a sua qualidade de cor e exaltar suas virtudes, Cadornega ainda compara Mossungo a outros homens negros que se destacaram militarmente como Henrique Dias. O valor de Mossungo e da guerra preta também foi sublinhado nas lutas contra Ambuíla. Além disso, Cadornega descreveu ritos importantes da guerra preta, bem como suas hierarquias. O capitão-mor e tendala do Reino era responsável pelos ritos bélicos da guerra preta e o samba tendala foi descrito como a segunda pessoa da guerra preta:

⁴ Na monarquia lusa a qualidade de cor não era indício de naturalidade, já que a cor expressava condição social. Por exemplo, ser branco não atestava que um homem era português (GUEDES, 2012).

[...] que só o Capitão-mor e Tendala do Reino pode mandar tocar e em sua falta o seu Samba Tendala, que é a segunda pessoa do Governo da guerra preta; à suas tocaduras que são devagar [sic] e compassadas acode toda a guerra preta, e é sinal para todos se ajuntarem naquele sítio, e por ele se dá sinal quando se há de marchar; e arrancar à tarde se dão aquelas pancadas para que toda a gente preta que anda ao largo ali acuda e tenha entendido que ali se arrancha aquela noite, e vem a ser o governo por onde entende se governa este nosso gentio; além disto tem neste instrumento muita superstição, e muito mais os Jagas e gentios que não tem lume de fé; também lhe é dado e permitido a este Capitão-mor da guerra trazer uns tambores pequenos a que chamam capopos [...]
(CADORNEGA, TOMO I, p. 179).

Para Cadornega, Mossungo levava sempre em sua companhia grandes soldados discípulos de sua escola, o que indica uma “formação” militar para os homens que iriam compor a guerra preta. Ademais, além de ser responsável pelos ritos bélicos, o capitão-mor e tendala do Reino e da gente preta usava um bastão como insígnia (CADORNEGA, TOMO I, p. 182). Embora boa parte da guerra preta lutasse ao lado de súditos portugueses, a existência de rituais e formação de soldados denotam que essa força militar não foi uma criação dos portugueses, foi apenas mais um elemento da cultura política e militar africana incorporada à e/ou aliada dos portugueses em momentos de guerras nos sertões.

Com a morte de Antônio Dias Mossungo (CADORNEGA, TOMO I, p. 270), Diogo Dias Mendes assumiu o seu lugar como capitão-mor da guerra preta. Sua patente foi concedida em 8 de fevereiro de 1649 pelo então governador Salvador Corrêa de Sá e Benevides que o nomeou como capitão-mor da guerra-preta de arco, tendala e quiamble do Reino de Angola. Para justificar a patente concedida, o governador informou que Diogo Mendes havia servido nas conquistas por espaço de 38 anos, era experiente, sabia a língua ambunda e serviu em diversas guerras. Salvador Corrêa de Sá ordenou ainda que todos os quilambas, quimbares e sobas o “conheçam, respeitem e obedeçam como o capitão da guerra-preta de arco, Tendala e Quiamble”.⁵ Importa ressaltar que nos casos de Antônio Dias Mossungo e de Diogo Dias Mendes, além de serem capitães-mores da guerra preta, estava explícito o exercício do cargo de tendala. Diogo Dias Mendes, além de tendala, era capitão-mor da guerra preta de arco e quiamble. De acordo com Beatrix Heintze, quiamble ou ngolamble era o chefe militar e comandante das tropas ambundos, título difundido em Angola com significados diversos

⁵ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Projeto Acervo Digital Angola-Brasil (PADAB), Arquivo Histórico Nacional de Angola (AHA), Códice 439-D-20-2, fl. 125.

(HEINTZE, 2007, p. 125). No dicionário glossográfico e toponímico da documentação sobre Angola de Antônio Parreira, Golambole é título do comandante de um exército Jaga (PARREIRA, 1990, p. 49). Flávia Maria de Carvalho observou que o termo ngolambole derivava de “ngola a mbolem”, que significa o Ngola da caça. Estes homens eram responsáveis pelas funções militares, ou seja, ocupavam o cargo de chefe do exército. Com o aumento das guerras, esse personagem passou a ganhar mais prestígio na hierarquia do Ndongo (CARVALHO, 2015, p. 74). Esse foi um posto que continuou na nomenclatura política dos cargos locais no século XVIII, mas não mais associado ao posto de capitão-mor da guerra preta.

Infelizmente, não dispomos de informações sobre o local de nascimento dos capitães-mores da guerra preta mencionados, mas há alguns indícios. Por seu nome, Antônio Dias Mossungo provavelmente nasceu em terras angolanas. No dicionário de Antônio Parreira, moçungo (mesmo que musungo ou mossungo), exercia a função de embaixador representante de uma autoridade.⁶ Além disso, vimos que sua qualidade de cor foi atenuada pelos serviços prestados. Era preto de cor, mas branco por suas “qualidades”. Tanto Mossungo quanto Diogo Dias Mendes eram tendalas, cargo muitas vezes associado ao de intérprete, conforme veremos adiante. A patente de Diogo Dias ainda destaca que ele seria um capitão de “arco”, o que talvez sugira habilidade com este instrumento. Era um quiambole, que equivale a capitão-mor da gente preta. Percebemos assim que funções e nomenclaturas se alteraram ao longo dos séculos.

O vocabulário político da guerra preta

Capitães-mores da guerra preta no século XVII eram também tendalas e quiamboles, no entanto, no século XVIII, tais cargos foram separados ou pelo menos as nomeações militares feitas pelos agentes portugueses os separaram. Em se aludindo à guerra preta, outros agentes foram importantes e estão frequentemente presentes nas fontes, como os dembos, sobas, quilambas, quimbares, jagas e empacaceiros. Para o recrutamento e atuação em campanhas militares, eram integrados às forças “portuguesas” e se tornavam os agentes africanos da guerra (SANTOS, 2005, p. 291). Destarte, em um mesmo exército havia a presença de culturas diversas, ou melhor, as forças militares “portuguesas” foram constituídas por diferentes tipos de aliados. No mapa de Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, de 13 de junho de 1793, referente ao exército destinado a castigar os rebeldes do sertão de Angola, constam informações sobre o quantitativo da infantaria, cavalaria e artilharia, e também o contingente da guerra preta. Lacerda foi talvez o

⁶ A referência de Antônio Parreira para esta definição foi pesquisada nas Relações de Angola, fonte que, segundo o autor, são constituídas por um conjunto de cartas dos jesuítas, datadas de 1562 e 1586. Estão depositadas na Biblioteca Nacional Parisiense (PARREIRA, 1990, p. 235).



militar que mais enfatizou a impossibilidade de continuar as campanhas militares sob seu comando sem a guerra preta, como abordaremos no capítulo seguinte:

Quadro 1 - Mapa do exército de Paulo Martins de Pinheiro de Lacerda - 1793

Mapa do Exército dirigido a castigar aos rebeldes do sertão de Angola, mandado pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Manoel de Almeida e Vasconcelos, Governador e Capitão General do dito Reino, e de que vai Comandante o Coronel de Infantaria, e Governador da Fortaleza de Sao Francisco do Penedo Paulo Martins Pinheiro de Lacerda

Arraial de Nossa Senhora da Nazareth, e Santo Antônio no Campo do Dande em 13 de junho de 1793	Infantaria da Capital	Cavalaria	Artilharia	Presídios					Total da Infantaria, Cavalaria, e Artilharia	Moradores	Guerra preta					Total do Exército	
				Muxima	Cambambe	Ambaca	Pedras	Massangano			Oficiais	Dembos	Souvas	Quilambas	Empacaceiros		Carregadores
Coronel Comandante	1								1								
Sargento Mor	1								1	1							
Capitães	3		1						4	4							
Quartel Mestre	1								1								
Ajudante	1								1	2							
Tenentes	5	2	1				1		9	1							
Alferes	3	1		1	1	1		1	8	2							
Capelão	1								1								
Tambor Mor	1		4						1								
Cirurgião e Ajudante	2								3								
Sargentos	4		1	1	1	1	1		9	1							
Furriéis	4		1	1				1	7	1							
Porta Bandeiras	4	1			1		1	1	8								
Cabos de Esquadra	16	2	3	2	2	2	2	2	31								
Tambores e Pifanos	10	1	2	1	1		1	1	17								
Soldados	250	23	41	24	25	44	52	24	483	51							
Soma	307	30	51	30	31	48	58	30	585	63	10	5	238	24	2.003	2.525	5.453

Fonte: AHU, Angola, Caixa 79, doc. 6.

Cabe atentar ao fato de que quem assinou o mapa foi o próprio coronel da expedição, Paulo Martins de Pinheiro de Lacerda, cuja contagem se refere ao Arraial de Nossa Senhora da Nazareth e Santo Antônio no Campo do Dande. A partir dos números apresentados, constatamos que o exército de Paulo de Lacerda era em grande medida apoiado pela guerra preta, formada por 4.805 (88,1%) homens, o que atesta seu peso nas campanhas de conquista e reconquista em Angola. A guerra preta era formada por oficiais, dembos, sobas, quilambas, empacaceiros e carregadores e o seu maior efetivo era de empacaceiros e de carregadores. Interessante que haja uma outra versão desse mapa no qual se afirma que mais guerra preta se juntou ao exército e que o comandante ainda ignorava o seu quantitativo.⁷

O cronista militar Elias Alexandre da Silva Corrêa ao relatar o momento de marcha em uma guerra, menciona a presença de jagas, quilambas, seguidos pela tropa da guerra preta em linha. Na retaguarda estariam a artilharia e a infantaria, novamente os quilambas, mulheres e crianças (CORRÊA, 1937, v. 2, p. 51). Lacerda e Silva Corrêa escreveram no século XVIII, em consenso, ponto sobre a presença importante da guerra preta nos exércitos “portugueses”. Mas importa ressaltar que, ao longo do tempo, ocorreram modificações nos sentidos dos cargos próprios da guerra preta. Um exemplo foi a já mencionada separação entre as funções de capitão-mor da guerra preta e a de tendala, e outras modificações provavelmente aconteceram.

Para saber sobre os cargos da guerra preta, é relevante também consultar em dicionários as definições dos principais títulos políticos que recorrentemente aparecem nas fontes como próprios desta tropa. Obviamente, os papéis desempenhados e os significados destes títulos africanos extrapolam simples definições de dicionários e, por isso, cruzaremos as informações dicionarizadas com outras nas bibliografias e em fontes de pesquisa. Mas dependemos em boa medida dos relatos europeus da época sobre os títulos políticos quimbundos. Assim, apesar de Cadornega, por exemplo, tentar descrever em detalhes a história das guerras angolanas, a narrativa sobre a estrutura política local provavelmente está incompleta e/ou imprecisa em diversos aspectos.

Não obstante haja lacunas, aferimos as funções desempenhadas, apropriações e as possíveis transformações ao longo do tempo. No dicionário kimbundu-português de autoria de Assis Júnior, dembo ou ndembu era uma autoridade superior ao soba ou

⁷ AHU, Angola, Caixa 60, doc. 1

abrangia sobas sob sua jurisdição (JÚNIOR, S/D, p. 2). Em Héli Chatelain, dembo seria um chefe independente com muitos vassalos, que mantinha seus domínios entre os rios Bengo, Dande e Loge, daí derivou o nome Dembo para todo o distrito oficial desses potentados (CHATELAIN, 1889, pp. 75, 81; TAVARES, SANTOS, 2002, p. 387). José Redinha identifica uma relação dos dembos com o Congo, pois eles seriam formados por congueses, mahungos, babilis ou vilis e luangos, etnias que a princípio eram estranhas aos quimbundos (TAVARES, SANTOS, 2002, p. 389).

A narrativa do militar Antônio de Oliveira Cadornega alude a outros aspectos da geopolítica dos dembos do século XVII (CADORNEGA, 1972, Tomo III, pp. 200, 207). Apesar de ter dito não conhecer as origens desses potentados, afirmou que se os dembos reconheceram alguma vez o rei do Congo, conservaram sempre a sua grandeza e a não sujeição (CADORNEGA, 1972, Tomo III, pp. 203, 205). Por essa grandeza, possuíam sinais distintivos de soberania política como “insígnias, divisas e pompa régia, com mais outros instrumentos bélicos” que só a eles eram permitidos. Sobas, fidalgos e senhores de terra não usavam esses símbolos de distinção. Quando batizados pela igreja Católica, recebiam o título de Dom e os de maior poder tinham capelas em suas terras. Os Dembos Ambuíla, Motemo Aquingengo e Nambuangongo seriam os senhores de maior grandeza e em função disso, governavam muitos sobas fidalgos seus vassalos com terras e senhorios. O poder do Dembo Ambuíla, por exemplo, se confirmou pelo fato de ter mais de 40 sobas em seus domínios e ainda poder colocar 50 mil negros de arco e armas de fogo em campo nas conquistas e guerras contra seus vizinhos (CADORNEGA, 1972, Tomo III, p. 206).

As terras dos Dembos ficavam próximas ao rio Coango, se estendendo aos rios Zenza, Dande e Lumanha, além de outros riachos. Seus domínios eram protegidos por fortalezas naturais (CADORNEGA, 1972, Tomo III, p. 200). Conforme Cadornega:

Têm os mais dos sobas Dembos pedras muito fortes, que lhes servem de suas fortalezas, em que se recolhem quando se vem oprimidos e infestados de algum poder grande de guerra de seus contrários, que lhes não podem resistir em campanha, se retiram e fazem fortes nelas, e algumas são tão espaçosas que tem nelas todo o sustento necessário principalmente o Dembo Ambuíla que é o mais poderoso deles (CADORNEGA, 1972, Tomo III, p. 202).

Hierarquicamente, abaixo de dembo, estaria o soba, um representante da autoridade gentílica em determinada região (JÚNIOR, s/d, p. 357). O padre António da Silva Maia definiu soba como um senhor de terras, inferior ao dembo e superior ao quilamba (TAVARES; SANTOS, 2002, p. 439). Joseph Miller afirmou que os sobas eram detentores de títulos políticos abundos, correntemente chefes de linhagem. Foram escolhidos como “autoridade nativa” pelos oficiais portugueses em Angola, tornando-se responsáveis pelos tributos e taxas pagas à administração europeia. Uma vez que estes sobas representavam linhagens, os funcionários portugueses acabaram por preservar suas posições garantindo seu estatuto político (MILLER, 1995, p. 254).

Em um glossário de vocábulos africanos de autoria de Beatrix Heintze, afirma-se que a referência a sobas consta em documentos mais antigos sobre Angola em posição de chefias sob domínio português (HEINTZE, 2007, p. 127). Um exemplo disso, é a definição dada por Antônio de Oliveira de Cadornega que afirmou serem os sobas senhores de terra e vassalos. Além disso, Cadornega os chama de fidalgo e os compara a condes e marqueses. O parâmetro do cronista, portanto, é de origem europeia, ressignificado localmente.

Os Sovas e fidalgos de que se trata são Senhores de terras, e Vassalos, como Condes e Marqueses, mas têm uma potestade superior que é, que em suas terras são Senhores do baraço e cutelo, sem dependência de seu Rei, sós determinam os casos acontecidos entre seus Vassalos com os macotas mais antigos ou oficiais da sua Casa e banza que tem os mesmos que a pessoa do Rei, como são Angola Ambole, tendala, Muene Lumbo⁸, Muene Mosete, Muene Quinzocole, e outros oficiais como se tem já declarado quando se falhou no Rei, o que estes cargos eram e como o que entendiam; seguem os costumes e ritos gentílicos na adoração de seus ídolos fazendo-lhe oferendas e sacrifícios, impetrando deles saúde para seus males e enxaquetamentos [...]

(CADORNEGA, 1972, TOMO I, p. 38).

⁸ De acordo com Assis Júnior, a palavra *muene* significa “senhor, dom, mandante, possuidor” e pode se referir ao “senhor da terra em que se está ou trabalha”. Trata-se de um “título honorífico usado pelos nobres e por suas famílias” (JÚNIOR, s/d, p. 296). Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos chamam a atenção para a variedade de títulos associados a *muene*, alguns com funções específicas, a exemplo do *Muene-pela*, um dignitário da corte que promovia a justiça. Porém, alguns *muenes* não possuem atribuição específica. As autoras afirmam que a documentação nos fornece sua existência como instituições, mas sem uma elucidação de suas atribuições: “Essa explicação só pode ser esclarecida pela investigação etimológica ou com recurso a fontes suplementares e bibliografia.” (TAVARES; SANTOS, 2002, pp. 416, 417).

O que também se nota nesta passagem é que, apesar de considerados vassallos, mantinham uma certa independência em suas terras, podendo decidir com os macotas as ocorrências entre seus vassallos. Mas no relato de Cadornega, nem todos os sobas eram considerados fidalgos, somente os “conquistados”. Sobas considerados rebeldes pelo governo português em Angola não recebiam esse título político (CADORNEGA, 1972, TOMO I, p. 47).

Como já mencionamos, uma das obrigações do soba vassallo era a de prestar apoio militar para a consolidação dos interesses da monarquia portuguesa em Angola. De acordo com Beatrix Heintze, a obrigação de prestar serviço militar, apesar de não mencionada no contrato de vassalagem, era uma das principais características da vassalidade, pois “eram pessoalmente obrigados a tomar parte, com um certo número de homens armados, no exército português, sempre que fossem solicitados, formando conjuntamente com os escravos dos europeus, a guerra preta” (HEINTZE, 2007, p. 413). Sendo assim, o soba fazia parte e fornecia homens para a guerra preta.

Aida Freudenthal e Selma Pantoja afirmam que na base da estrutura política local do Ndongo estavam os chefes de linhagem – inclusive os sobas - que exerciam poder direto sobre a população livre e escrava, mas eles se comprometiam a entregar tributos aos ngolas. O pagamento de tais tributos significava o reconhecimento do poder político dos ngolas pelos sobas. “Conquistados” pela Coroa portuguesa, tornaram-se vassallos firmando compromissos, dentre eles o de pagar tributos, o baculamento,⁹ à administração portuguesa (FREUDENTHAL; PANTOJA, 2013, pp. 16,17) Se antes os sobas pagavam tributos ao Ngola, com a conquista e avassalamento, esse pagamento passou a ser recebido pela monarquia lusa.

Quilamba foi outro título político presente no mapa de Paulo Martins Pinheiro de Lacerda como sendo parte da guerra preta. No dicionário de Assis Júnior, quilamba seria um exorcista, pessoa encarregada de um “mister” que redundaria em proveito de muitos. Além disso, seria patriarca, monitor, chefe, autoridade subalterna de um Estado (JÚNIOR, S/D, p. 126). Joseph Miller afirma que o título político de quilamba era recebido pelos reis Pende¹⁰ que governaram a Baixa de Cassanje antes da chegada dos Imbangala (MILLER, 1995, p. 296). No entanto, o quilamba se tornou o capitão das

⁹ Tributos que chefias africanas avassaladas deveriam pagar formalmente à Coroa portuguesa (FREUDENTHAL; PANTOJA, 2013, p. 17)

¹⁰ O grupo ambundo dos Pende tinha uma das maiores distribuições territoriais, estendendo-se por toda a região norte do planalto de Luanda, a leste do Lenge, abrangendo a baixa de Cassanje. (MILLER, 1995, p. 40)

tropas auxiliares africanas que combatiam nos exércitos portugueses. Lutar pelos portugueses rendeu a eles o recebimento de terras no território conquistado pelos lusitanos (MILLER, 1995, p. 215). Beatrix Heintze afirma que quilamba era um oficial africano da guerra preta que gozava de especial confiança dos portugueses (HEINTZE, 2007, p. 126). Essa fidelidade é exposta na narrativa de Antônio de Oliveira de Cadornega:

Dois Quilambas nossos que são Capitães de guerra preta e os que se tem mostrado com os Portugueses mais fiéis, e nos ajudam nas guerras do Sertão, e deles se fia munição, e os mandam carregar pela gente de seu partido, por cuja causa são muito odiados do gentio inimigo, e lhes desejam tanto mal como a nós outros[...] (CADORNEGA, 1972, Tomo I, p. 247).

O relato Cadornega exalta a fidelidade dos quilambas aos portugueses, mas também a irritação que isso causava aos chamados “gentios inimigos”, autoridades locais não avassaladas. Essa irritação estava possivelmente relacionada também à responsabilidade dos quilambas de cobrarem os baculamentos junto aos sobas (FREUDENTHAL; PANTOJA, 2013, p. 34). Elias Corrêa, descreveu os quilambas como *cabos*, regiam esquadras, tinham que obedecer ao capitão-mor e serem fiéis companheiros dos brancos. Eram grandes guerreiros que só exerciam esse ofício. Viviam tributários dos sobas e tinham regências separadas nos sobados. Segundo Corrêa, eram negros criados entre os brancos, sendo seus fiéis companheiros e tinham sob sua responsabilidade as munições do exército (CORRÊA, 1937, v. 2, p. 50).

Se os quilambas eram considerados oficiais da guerra preta e responsáveis por seu comando, os quimbares também faziam parte dessa tropa, mas em posição de subordinação. Feitor, mordomo, caseiro e empregado rural foram as definições dadas para o vocábulo quimbare em um dicionário kimbundu-português (JÚNIOR, s/d, p. 129). No entanto, com a presença europeia em Angola, ficaram em posição de subordinação aos portugueses, sobretudo em ocasiões de guerras nos sertões, adquirindo, segundo Carlos Couto, traços da cultura portuguesa (COUTO, 1972, p. 282).

Beatrix Heintze informa que os quimbares eram africanos obrigados por um tratado de vassalagem de seu soba a prestarem serviço aos portugueses, especialmente na formação do exército militar africano, a guerra preta. Poderiam ser escravos cursados em fazer guerra, forros servindo nas guerras de Angola ou forros

subordinados aos presídios (HEINTZE, 2007, p. 126). Aida Freudenthal e Selma Pantoja acrescentam que os quimbares eram escravos cursados na guerra, que se posicionavam na vanguarda contra os “inimigos” para que os “homens brancos” alcançassem vitória (FREUDENTHAL; PANTOJA, 2013, p. 35).

Todavia é evidente o envolvimento dos quimbares em atividades rurais na narrativa de Antônio de Oliveira de Cadornega. Só parte deles era enviada para as guerras, outros permaneciam nos sobados cuidando das terras.

[...] os Quimbares que são os lavradores, gente forra que também são do serviço de Sua Alteza, e das suas Fortalezas, que vão alguns deles às guerras do Sertão, aqueles que são hábeis para isso, o que até estes nossos tempos tinha sido muito dificultoso de se acabar com eles em geral o batizarem-se e seguirem os costumes e sacramentos da Santa Madre Igreja [...] (CADORNEGA, Tomo II, p. 407).

O termo empacaceiro se origina do vocábulo pakasa ou Jipakasa, um búfalo ou boi bravo (JÚNIOR, s/d, p. 75), porque os caçadores profissionais desse animal eram chamados de empacaceiros (MILLER, 1995, p. 157). Entretanto, passaram a ser soldados da guerra preta e tal transformação foi bem explicada por Joseph Miller:

A palavra ‘empacaseiro’ era um termo português para tropas auxiliares africanas, de elite, associadas aos exércitos europeus em Angola desde os alvares do século XVII. Os portugueses tinham formado a palavra a partir do Kimbundu *mpakasa*, um búfalo, acrescido do sufixo -eiro, usado em pessoas associada a um objeto, uma vez que o estatuto de elite destes mercenários derivava da sua habilidade na perseguição de caça grossa, como a *mpakassa*. Porém o conceito de caçadores especializados em caça grossa perigosa era puramente africano. (MILLER, 1995, p. 157).

Sendo caçadores, conheciam bem os sertões e sabiam manejar habilmente as flechas, destreza que provavelmente provocou a sua inserção na guerra preta ao lado dos portugueses (TAVARES; SANTOS, 2002, p. 400). Mas as flechas foram deixadas de lado para uso das armas de fogo o que os tornou também conhecidos como espingardeiros. Nas diversas “guerras angolanas” narradas por Cadornega, recorrentemente os empacaceiros aparecem como espingardeiros e/ou usando

mosquetes (CADORNEGA, 1972, TOMO I, pp. 439, 468 e TOMO II, pp. 112, 118, 193, 195). Geralmente dividiam com os carregadores o posto de maior contingente da guerra preta. No século XVIII, eles tiveram papel importante em boa parte das guerras empreendidas, sendo decisivos em muitas delas, sobretudo as contra os potentados do Norte de Angola, chegando seus capitães a receberem soldo para serem “animados”.¹¹

Já o termo carregador não fez parte da nomenclatura quimbunda, sendo provável que esta tenha sido uma função denominada no âmbito da administração portuguesa em Angola. Sua função era importante para a logística da guerra preta e consta de forma frequente na documentação da época. Os homens destinados a serem carregadores na guerra preta vinham dos sobados. Segundo Carlos Couto, os sobas tinham a obrigação de irem a presença dos capitães-mores de sua jurisdição, momento em que recebiam “pedidos” por escravos, carregadores e gêneros para subsistência (COUTO, 1972, p. 244). Os súditos portugueses precisavam dos carregadores principalmente em ocasiões de guerra porque, segundo Elias Corrêa, os

[...] carregadores aumentam consideravelmente o número do Exército. Os sobas são constrangidos a dá-los; mas eles têm o cuidado de fugir a este penível trabalho. A demora da marcha dos exércitos se atribui muitas vezes a falta deles, ainda que seja a causa a ampliação das ganâncias que o Comandante promove no seu comércio. Os carregadores se distribuem um a cada soldado pago, que com a aspereza das marchas, e moléstias do clima apenas se pode conduzir a si. Aos oficiais se dão tantos; quantos são os volumes do seu trem; e ao Comandante os que sua bagagem exige com fartura (CORRÊA, 1937, v. 2, p. 51).

Outros títulos políticos que frequentemente apareceram relacionados à guerra preta foram os de macota e tendala. Os macotas seriam os conselheiros mais velhos em idade, no saber e na riqueza (JÚNIOR, s/d, p. 274). Makota é o plural de kota, um título ambundo referente aos mais velhos com posições titulares da linhagem. Segundo Joseph Miller, no contexto de um reino, serviam ao rei e eram eleitores dos ocupantes da posição real além de possuírem a incumbência do bem-estar das linhagens (MILLER, 1995, pp. 52, 296). Beatrix Heintze acrescenta que os makota auxiliavam o Ngola e diversos sobas em seu governo. Davam conselhos ao rei em todas as ocasiões

¹¹ AHU, Angola, Caixa 60, doc. 1.

importantes e exerciam papéis relevantes nas escolhas do novo Ngola e sobas (HEINTZE, 2007, p. 221). Nos exércitos, os macotas atuavam nas campanhas militares em Angola pois cada companhia tinha seu macota, que seria o mesmo que capitão (CORRÊA, 1937, v. 2, p. 51).

A incumbência de os macotas elegerem novos ocupantes para posições políticas africanas pode ser analisada em uma carta patente de confirmação concedida pelo governador Dom Antônio Álvares da Cunha. Em 30 de julho de 1754, ele concedeu carta patente de Dembo e Senhorio das Terras de Gombe Amuquiama a Dom Sebastião Manoel Silvestre, natural destas mesmas terras.¹² Tratava-se de uma carta patente de confirmação, uma vez que o provimento já havia sido realizado por todos os macotas, sobas e quimbares deste Senhorio, provimento que redundou na deposição de Dom Francisco Manoel Silvestre pelo seu mau procedimento. Claramente, poderes africanos se apropriavam da formalidade documental portuguesa, e até das práticas de arquivo para resolverem seus conflitos de poder (TAVARES; SANTOS, 2002).

A importância política dos macotas também pode ser vista nos autos de vassalagem. Em 1789, no termo de fidelidade e vassalagem que jurou o Jaga de Cassange, seis macotas o acompanharam na Embaixada para assinatura do termo:

Aos dezenove dias do mês de dezembro de mil setecentos oitenta e nove anos nesta Banza do Potentado Jaga Cassange, Dom Pascoal Rodrigues Machado, Quitamba Quiaxiba, aonde veio o Embaixador o Capitão Marcos Pereira, enviado pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Barão do Mossâmedes, Governador, e Capitão General do Reino de Angola, e suas Conquistas, comigo Escrivão adiante nomeado, e toda a Sua comitiva e Feirantes, e sendo nos aí nela presente, perante o mesmo Jaga, e seis Macotas abaixo assinados, terão por mim lidos os Artigos da Embaixada, os quais lhe foram declarados pelo Idioma da Terra, que bom entenderá e perceberão; pelos quais prometeram cumprir tudo quanto neles declarada, como Fiel Vassalo de Sua Majestade Fidelíssima[...].¹³

¹² IHGB, PADAB, AHA, Códice 301 – C – 20 – 2, fl. 8.

¹³ Termo de fidelidade e vassalagem que jurou o Jaga Cassanje na presença do embaixador Marcos Pereira Bravo, cujo sua excelência deu ao diretor Paulo José de Loureiro para sua maior instrução quando partiu desta capital. 19 de dezembro de 1789. IHGB, PADAB, AHA, 3259-A-2-12, fl. 139-142.

Por sua vez, como vimos, *tendala* era o título político que no século XVII aparecia associado à guerra preta e reconhecido pela administração portuguesa. No entanto, houve transformações ao longo do tempo. Assis Júnior define *tendala* como conselheiro de Estado, correspondente ao cargo de presidente do conselho ou da nação (JÚNIOR, s/d, p. 359). Joseph Miller assevera que os Imbangala provavelmente trouxeram do Libolo cargos como *lunda*, o *mani lombo*, o *ikota*, o *tandala* e o *ngola a mbole*.¹⁴ Segundo Beatrix Heintze, os portugueses adotaram este título, atribuindo o comando da guerra preta. Além de possuírem o comando da guerra preta, o *tendala* do Reino ou *tendala-mor* também servia de intérprete do governador e tinha autoridade para decidir questões menores (HEINTZE, 2007, p. 221). Cadornega destaca a autoridade do *tendala*, bem como sua função como intérprete:

Tandala é o que serve de intérprete, e era coisa de muita autoridade ver a um homem destes a quem o Gentio tinha por ídolo ajoelhado aos pés do Governador em a sala do dossel, quando vinha algum Sova estar com ele desta sorte servindo de intérprete. (CADORNEGA, 1972, Tomo I, p. 185).

Descrevendo governos e guerras, Elias Corrêa referiu-se ao *tendala* também como um “intérprete, que assiste às embaixadas, tratados, e pateações da guerra, às queixas, representações e que exercita em tudo as obrigações de ajudante das ordens do comandante” (CORRÊA, 1937, v. 2, p. 49). A função de intérprete foi desempenhada pelo capitão *tendala-mor* Nicolau de Nazareth. Em 25 de fevereiro de 1768, Dom Calluete Cambande rei Jinga de Dongo e Matamba assinou o ato de sujeição, obediência e vassalagem, ocasião em que Nicolau de Nazareth serviu de intérprete. Ao assinar o tratado, asseverou:

E de como li, e expliquei aos ditos Embaixadores os artigos acima, na língua da terra, e prometeram em nome de seu Senhor cumprir tudo, que neles se declara, fiz este termo que assinei nesta sobredita Cidade aos 25 de fevereiro de 1768.¹⁵

¹⁴ Libolo era um grupo ambundo que incluía uma variedade de povos pouco conhecidos na margem sul do Cuanza e talvez estivessem divididos entre os Libolo, propriamente ditos (a oeste do rio Luíngua) e os Hako (leste do Luíngua). A província do Libolo mais tarde se transformou em Mbondo (MILLER, 1995, pp. 40, 103, 232, 296).

¹⁵ Ato de sujeição, obediência e vassalagem que faz a sua Majestade Fidelíssima Dom Calluete Cambande rei Jinga de Dongo e Matamba nas mãos do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Dom Francisco Inocência de Sousa Coutinho, governador e capitão general destes reinos e suas conquistas,

Nicolau de Nazareth foi um capitão tendala nomeado pela primeira vez por D. Antônio Álvares da Cunha, em 7 de fevereiro de 1758,¹⁶ e depois no mesmo posto, agraciado por Antônio de Vasconcelos em 16 de novembro do mesmo ano.¹⁷ Por fim, recebeu a confirmação real de D. José I em 8 de janeiro de 1761.¹⁸

Também frequentemente os jagas e os muxiluandas foram mencionados nas fontes fazendo parte do contingente militar que atuava ao lado das forças portuguesas. Em relação ao muxiluanda, no dicionário kimbundu-português de Assis Júnior, seria o natural de quaisquer das ilhas adjacentes à cidade de Luanda (JÚNIOR, s/d, p. 325). Segundo Carlos Couto, até a ocupação holandesa, os muxiluandas eram súditos do rei do Congo e habitantes da ilha de Luanda. Como este soberano se aliou aos holandeses, os muxiluandas tiveram que seguir tal aliança. Após a reconquista de Angola pelos portugueses, ficaram sujeitos a trabalhos forçados (COUTO, 1972, p. 248). De acordo com Alberto da Costa e Silva, quando Paulo Dias Novais chegou em Angola, a ilha de Luanda pertencia ao manicongo e era habitada pelos muxiluandas. Os muxiluandas - ou no plural axiluanda - eram hábeis canoieiros que se dedicavam à pesca e à caça de baleias. Com a reconquista de Angola, houve uma alteração de forças entre os poderes da região e os muxiluandas foram compelidos a trabalharem para os portugueses como tripulantes de seus barcos e em obras públicas (SILVA, 2011). As habilidades como pescadores e canoieiros foram utilizadas nas expedições ordenadas pelos governadores portugueses. Em março de 1784 os governadores interinos de Angola, Frei Luis Bispo de Angola e Francisco Xavier de Lobão Machado Peçanha, informaram que a falta de remadores efetivos era atenuada pelo exercício dos “pretos Muxiluandas” que serviam a troco de farinha e, nesse caso, recebiam 1.200 réis cada um. Assim, sempre havia remadores para os casos repentinos.¹⁹

O governador Barão de Moçâmedes definiu os muxiluandas como gente destinada ao serviço real e livres. O tenente-coronel Luís Cordeiro Pinheiro Furtado, alude a deserção, informou a existência de jurisdições e níveis de fidelidade ao governo português:

Os negros do serviço têm igual e irremediavelmente desertado quase todos de modo que me não restam com os Muxiluandas mais de 62, e

pelos seus embaixadores Quimbambam quiagonga e Matumbi aquilunga. 25 de fevereiro de 1768. In: Arquivos de Angola, série I, vol. II, 1935.

¹⁶ IHGB, PADAB, AHA, Códice 301-C-20-2, fl. 52v.

¹⁷ IHGB, PADAB, AHA, Códice 308-C-21-3, fl. 15v.

¹⁸ Ibid., fl. 118v.

¹⁹ AHU, Angola, Caixa 68, doc. 57. Outros aspectos sobre os muxiluandas em Carvalho; Guedes, no prelo.

se faz necessário virem mais, e os melhores são da jurisdição da Cuanza, que são os que se tem conservado sendo os do Golungo os que tem desertado.²⁰

O reconhecimento dos muxilundas pelo poder político português na segunda metade do século XVIII se deu também pela concessão de cartas patentes. Em 3 de junho de 1763 o governador Antônio de Vasconcelos nomeou D. Francisco Matias de Domingos, natural do sítio do Mossul da jurisdição da freguesia da Ilha de São João da Cazanga, como governador dos pretos muxilundas da mesma ilha e Nambios do rio Cuanza.²¹ Já o homem preto Manoel Luiz Francisco recebeu a nomeação para ser sargento-mor dos muxilundas da Ilha de São João da Cazanga e Nambios do rio Cuanza em 6 de julho de 1763. O argumento utilizado para essa nomeação foi que o povo da ilha de São João da Cazanga tinha feito eleição para o dito posto.²² Ou seja, o governador português apenas referendou a escolha local e, novamente, povos da África Centro-Occidental se apropriaram da escrita *lato sensu* para resolver suas questões políticas.

Os jagas faziam parte dos exércitos e foram descritos por Elias Corrêa como governadores de gente belicosa, ambulante, de uma variedade de nações. Os Jagas se dividiam em duas companhias comandadas por Macotas subordinados a um Golambole. É interessante a aliança entre estes guerreiros e os súditos portugueses:

Juram administrar a justiça: defender o seu povo: não desamparar os brancos: não lhes ser traidor; e morrer com eles, quando o sucesso da guerra seja infausto; apesar de serem desamparados pela mesma sua Tropa. Estes animosos guerreiros têm mais de uma vez dado exemplos de sua constância e da fidelidade ao seu sagrado juramento

Evidentemente, estes jagas são muito diferentes dos jagas/imbangalas do século XVII. Este trecho acima deve ser sublinhado porque Elias Côrrea era uma das vozes mais críticas dos súditos portugueses em Angola, e ainda muito mais deletério em relação aos povos africanos de Angola, logo um elogio de sua parte não pode passar despercebido. Embora não saibamos as motivações dos jagas em se aliar a súditos

²⁰ AHU, Angola, Caixa 60, doc. 1.

²¹ IHGB, PADAB, AHA, Códice 308 – C-21-3, fl. 180v.

²² *Ibid.*, fl. 183.

portugueses (brancos), conforme a descrição de Elias Corrêa, esta aliança deve ter sido sólida e estável ao menos no século XVIII.

Mas a definição de jaga foi amplamente debatida o que indica o quanto seu significado é controverso. Jagas foram mencionados de diversas maneiras pelos súditos portugueses, ora como aliados em campanhas militares, ora como rebeldes, ou como um grande senhor de terras a exemplo do Jaga de Cassange. As descrições dos jagas feitas por súditos portugueses sempre foram marcadas pela imprecisão, preconceito e desconhecimento sobre o que seria esse grupo. Não foi incomum que populações não-europeias fossem descritas como canibais ou bárbaras nas narrativas europeias. Cadornega, por exemplo, afirmou que os jagas desceram de Serra Leoa para atacar o reino do Congo, eram soldados e costumavam comer carne humana (CADORNEGA, 1972, Tomo I, p. 11). Ao longo de sua obra, destacou outros costumes dos jagas, como a utilização de instrumentos de guerra, a exemplo do *lunga*, um chocalho grande de ferro lambuzado de sangue humano, que todos os quilombos de jagas possuíam. Também matavam os filhos que nasciam no interior dos quilombos. Somente os nascidos fora do quilombo, quando já “rapagotes”, eram trazidos para o interior do arraial para serem treinados para a guerra (CADORNEGA, 1972, Tomo III, pp. 222- 228).

Foi a partir de representações sobre jagas como a de Cadornega que os historiadores tentaram desvendar esse grupo. Para Joseph Miller, os jagas nunca existiram da maneira como foram descritos, sendo apenas um mito. O autor afirma que as autoridades descreveram os jagas como guerreiros habilidosos que expulsaram o rei do Congo em 1568 e depois atacaram as populações abundantes que viviam ao sul do Congo. Eram saqueadores ferozes e canibais sedentos de sangue. No entanto, Miller sugeriu que jagas nunca existiram fora da imaginação de missionários, traficantes de escravos e funcionários do governo, responsáveis pela criação desse mito para justificar ou ocultar suas próprias atividades em África. A maior parte das descrições foram baseadas em “lendas” portuguesas sobre essa nação “selvagem” que se pensava habitar o desconhecido interior africano. A vitalidade de tais lendas contribuiu para a extensão dessas crenças para outros povos tidos como invasores, a exemplo dos Imbangalas (MILLER, 1973, pp. 121, 122).

Divergindo de Miller, John Thornton defendeu que, em 1568, um grupo de guerreiros sem raízes invadiu o Congo, saquearam a cidade e forçaram a fuga do rei e toda a sua corte em busca de ajuda dos portugueses. Para Thornton, os invasores eram de uma região do Kwango, a leste do Congo, habitada atualmente pelos Yaka

(THORNTON, 1978, pp. 223-227). O autor afirma ainda que os imbangalas eram chamados pelos portugueses de jagas. Seriam originários do planalto central, assumindo a forma de bandos saqueadores, liderados por oficiais militares que viviam de pilhagem. Incorporavam pessoas em seu bando, sobretudo meninos adolescentes capturados em suas incursões (THORNTON, 1999, p. 102). Esses meninos eram treinados e integrados às unidades Imbangala para serem profissionais e viverem da guerra (THORNTON, 1999, p. 116).

Com a narrativa de que jagas nunca existiram, Joseph Miller afirmou que os Imbangala eram um subgrupo ambundo e constituíram o principal suporte das expedições portuguesas ocorridas no século XVII.

A história do contato dos Imbangala com os portugueses fornece de longe, o mais bem documentado exemplo de formação do Estado entre os Mbundu. Os exércitos mercenários dos Imbangala formaram a espinha dorsal das expedições portuguesas que colocaram o Ndongo na defensiva e substituíram depois Mbande a Ngola pelo *ngola a kiluanje* fantoche em Pungo Andongo, deixando Nzinga livre para reivindicar a posse do título a partir da sua nova base na Matamba. [...] Um estado Imbangala muito importante emergiu em Kasanje, o qual, juntamente com a Matamba, se tornou o principal fornecedor de escravos para o tráfico que constituía o suporte do estado português de Angola até meados do século XIX. [...] Eles tornaram-se os estados dominantes na Angola do século XVIII, substituindo completamente os anteriores reinos do Ndongo, Libolo e Kulembe. [...] Tanto os Portugueses como os Imbangala representavam desafios similares, de enormes proporções, quando encarados na perspectiva dos grupos de parentesco Mbundu, cujos antepassados tinham preservado a autonomia das suas linhagens contra ameaças tão diversas [...]. Ambos chegaram como estranhos vindos de muito longe dos territórios dos Mbundu. Nenhum deles, ao contrário dos Mbundu, fazia da agricultura o seu modo de vida, e ambos roubavam ou comerciavam os produtos dos agricultores locais (MILLER, 1995, p. 217).

Aproximando-se da tese Joseph Miller sobre os jagas, Mariana Candido afirmou que, no século XVII, em Benguela, o termo “jaga” foi utilizado por agentes da

Coroa portuguesa para se referir a qualquer grupo desconhecido ou resistente ao poder português. No “Reino de Benguela”, os jagas seriam uma criação dos portugueses que compreendia grupos que viviam em diferentes regiões, com organizações políticas diversas, além dos falantes de línguas distintas. Ao tratar do caso do soberano de Caconda para o século XVII, a autora indica que a relação entre o governante local e autoridades portuguesas alteravam as referências ao líder Caconda. Se o principal de Caconda estava em guerra com os portugueses, era chamado de “jaga Caconda”, quando a relação era de aliança, era chamado de soba. Instáveis, a natureza das relações modificava as referências aos potentados locais (CANDIDO, 2014, pp. 68-77).²³

Flávia Maria de Carvalho analisou instâncias de poder do Jaga de Cassange para Angola de fins do século XVIII, momento que ele empreendeu negociações e conflitos com o governador de Angola. Para a autora, jagas e/ou imbangalas apresentavam um histórico de relações conflituosas com administradores e súditos portugueses desde o século XVI. Em sua importante investigação sobre o jaga de Cassange, a autora não deixou de mencionar o debate sobre jagas sustentando que os imbangalas eram jagas, mas nem todos os jagas eram imbangalas. Tendo como aporte a pesquisa de Beatrix Heintze, defende que os imbangalas foram um dos vários grupos que praticavam um modo de vida jaga porque assumiram uma identidade não necessariamente relacionada a qualquer ancestral comum a de um grupo bélico. Segundo a autora, jagas e sobas ocupavam a mesma posição política na hierarquia de poder da África Centro-Occidental, mesmo com uma qualificação política distinta (CARVALHO, 2017, pp. 227, 228, 230). Talvez isso estivesse mais relacionado às alterações nas nomeações políticas de acordo com a natureza das relações, conforme sublinhou Mariana Candido. As instabilidades políticas foram reconhecidas por Flávia Carvalho considerando o fato de que elites políticas africanas e portuguesas estabeleceram uma série de compromissos que mantinham um “frágil equilíbrio de forças”, mas também relações de revoltas e insubordinações “cujos interesses e motivações não se resumem à dicotomia oprimidos *versus* opressores” (CARVALHO, 2017, p. 234). Tais instabilidades políticas influenciavam diretamente no estatuto político dos jagas e/ou imbangalas.

²³ A maneira de nomear a partir da relação política estabelecida vem sendo analisada por diferentes autores. Vide: Guedes; Pontes, 2013; Carvalho; Guedes, 2014; Corrêa, 2019.

Tais discussões sobre jagas e imbangalas não se esgotam nos autores aludidos,²⁴ mas o que sabemos para o século XVIII é que os jagas ainda eram elementos importantes nas forças bélicas atuantes em Angola. Para Elias Corrêa, havia um regimento Jaga, comandado por um chefe que fazia parte do exército, estando inserido em uma hierarquia militar. Além disso, ainda no XVIII, ao menos uma patente militar foi dada a um desses guerreiros, a D. André Antônio de Carvalho, o Jaga Calândula, como consta nos livros de patentes dos governadores João Jaques de Magalhães (1738-1748) e Marquês do Lavradio (1749-1753).²⁵

Com essa miscelânea, percebemos que diversos títulos políticos da cultura política africana foram apropriados pela administração portuguesa na formação desse crucial contingente militar nas expedições pelos sertões de Angola. Em um inventário de patentes, provisões, bandos e ordens dos governadores feito na época do governador de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, há nomeação militar para diversos cargos. Muitos dos documentos inventariados neste códice não existem mais ou ainda não foram localizados pelos pesquisadores, porém, conseguimos saber os nomeados e os respectivos cargos da guerra preta. Nos reservamos a mencionar neste artigo as nomeações de 1748 a 1772.

Quadro 2 - Nomeações para a Guerra Preta (1748-1772)

1	Manoel Gomes dos Reis	Capitão-mor da Guerra preta de Benguela	Patentes dos Excelentíssimos Senhores João Jaques de Magalhães e Marquês do Lavradio Ano de 1748, até 1753 Livro 13	1748 a 1753
2	D. Miguel Afonso do Espírito Santo	Dembo Nambuango	Patentes dos Excelentíssimos Senhores João Jaques de Magalhães e Marquês do Lavradio Ano de 1748, até 1753	1748 a 1753
3	Antônio Fernandes	Capitão Tendala de Caconda	Patentes dos Excelentíssimos Senhores João Jaques de Magalhães e Marquês do Lavradio Ano de 1748, até 1753 Livro 13	1748 a 1753

²⁴ Para uma análise mais completa, ver: Birmingham, 1965; Vansina, 1966; Hilton, 1981; Heywood, Thornton, 2007.

²⁵ IHGB, PADAB, AHA, Códice 3261-182 G - 6-2-68. Patentes, Provisões, Bandos e Ordens dos Governadores Gerais, 1654 a 1764, fl. 92v.

4	D. André Antônio de Carvalho	Jaga Calandula	Patentes dos Excelentíssimos Senhores João Jaques de Magalhães e Marquês do Lavradio Ano de 1748, até 1753 Livro 13	1748 a 1753
5	Manoel Vicente Franco	Capitão-mor da Guerra preta	Patentes do Excelentíssimo Senhor Antônio de Vasconcelos Desde o Ano de 1758 até 1764 Livro 15	1758 a 1764
6	Simão Rodrigues Vidigal	Capitão-mor da Guerra preta	Patentes do Excelentíssimo Senhor Antônio de Vasconcelos Desde o Ano de 1758 até 1764 Livro 15	1758 a 1764
7	Antônio Alvares Sardinha	Capitão Tendala de Encoge	Patentes do Excelentíssimo Senhor Antônio de Vasconcelos Desde o Ano de 1758 até 1764 Livro 15	1758 a 1764
8	Antônio Bezerra	Capitão Tendala de Ambaca	Patentes do Excelentíssimo Senhor Antônio de Vasconcelos Desde o Ano de 1758 até 1764 Livro 15	1758 a 1764
9	Domingos Gonçalves Soeiro	Capitão Tendala de Massangano	Patentes do Excelentíssimo Senhor Antônio de Vasconcelos Desde o Ano de 1758 até 1764 Livro 15	1758 a 1764
10	Nicolau da Nazareth	Capitão Tendala mor deste Reino	Patentes do Excelentíssimo Senhor Antônio de Vasconcelos Desde o Ano de 1758 até 1764 Livro 15	1758 a 1764
11	Vicente de Araújo	Capitão Tendala de Caconda	Patentes do Excelentíssimo Senhor Antônio de Vasconcelos Desde o Ano de 1758 até 1764 Livro 15	1758 a 1764
12	Bernardo Rabelo da Costa	Sargento-mor da Guerra preta do Golungo	Patentes do Excelentíssimo Senhor D Francisco Inocência de Sousa Coutinho, desde 1764, até 17 Livro 16	1764 a 17
13	Caetano Carvalho Velho	Sargento da Guerra preta de Benguela	Patentes do Excelentíssimo Senhor D Francisco Inocência de Sousa Coutinho, desde 1764, até 17 Livro 16	1764 a 17
14	Manoel Dias Leite	Capitão-mor da Guerra preta	Patentes do Excelentíssimo Senhor D Francisco Inocência de Sousa Coutinho, desde 1764, até 17 Livro 16	1764 a 17
15	D. Miguel Silvestre Manoel	Dembo Motemo a Quinguengo	Patentes do Excelentíssimo Senhor D Francisco Inocência de Sousa Coutinho, desde 1764, até 17 Livro 16	1764 a 17

16	Quingui Girahulo	Sova Golabole do Presídio de Benguela	Patentes do Excelentíssimo Senhor D Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, desde 1764, até 17 Livro 16	1764 a 17
17	Feliz de Abreu Vas dias	Capitão Tendala do Dande	Patentes do Excelentíssimo Senhor D Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, desde 1764, até 17 Livro 16	1764 a 17
18	João Nunes Viegas	Capitão Tendala de Muxima	Patentes do Excelentíssimo Senhor D Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, desde 1764, até 17 Livro 16	1764 a 17
19	João Pinto da Silva	Capitão Tendala do Presídio de Ambaca	Patentes do Excelentíssimo Senhor D Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, desde 1764, até 17 Livro 16	1764 a 17
20	Paulo Duarte Coelho	Capitão Tendala do Presídio de Encoge	Patentes do Excelentíssimo Senhor D Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, desde 1764, até 17 Livro 16	1764 a 17

Fonte: Códice 3261-182 G – 6-2-68 – Arquivo Histórico de Angola secção: Luanda – Governo Geral: Patentes, Provisões, Bandos e Ordens dos Governadores Gerais, 1654 a 1764; 288 folhas. (Inventário do Arquivo no tempo de Sousa Coutinho).

Por todo o exposto, grande parte da estrutura de comando da guerra preta recebeu carta patente “portuguesa”. Os homens no comando da guerra preta eram, de fato, os senhores da guerra no Reino de Angola. Em função disso, podemos afirmar a protagonismo da guerra preta, elemento demográfico e tático principal, que conseguia impor sua forma de luta, suas armas e logísticas. Além disso, homens do comando da guerra preta tiveram reconhecidos seus títulos políticos ambundos pelo governo português. Isto significa que a arte da guerra em Angola combinou elementos europeus como artilharia, infantaria e mosquetaria bem como táticas, armas e logística africanas. Africanos usavam armas de fogo e europeus marchavam e acampavam respeitando as práticas da guerra preta que reconheciam ser mais eficazes.

REFERÊNCIAS

- BIRMINGHAM, David. “The date and significance of the Imbangala invasion of Angola”. *The Journal of African History*, v. 6, n. 2, 1965.
- CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972. 3 tomos.

CANDIDO, Mariana. *Fronteras de Esclavización: Esclavitud, Comércio e Identidad en Benguela, 1780-1850*. Mexico: Colegio de Mexico Press, 2011.

CANDIDO, Mariana P. Jagas e sobas no “Reino de Benguela”: vassalagem e criação de novas categorias políticas e sociais no contexto da expansão portuguesa na África durante os séculos XVI e XVII. In: RIBEIRO, Alexandre Vieira; GEBERA, Alexsander Lemos de Almeida; BERTHET, Marina. *África: histórias conectadas*. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2014.

CARVALHO, Ariane; GUEDES, Roberto. *Muxilundas: memória política, escravidão perpétua, alforria e parentesco (Luanda, século XVIII)*. Rio de Janeiro: Mauad X. No prelo.

CARVALHO, Ariane; GUEDES, Roberto. Piedade, sobas e homens de cores honestas nas Notícias do Presídio de Massangano, 1797. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; MACHADO, Cacilda da Silva; DECKMANNFLECK, Eliane Cristina; BERUTE, Gabriel Santos (Orgs). *Mobilidade social e formação de hierarquias: subsídios para a história da população*. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, Ebook nº 2, 2014.

CARVALHO, Flávia Maria de. *Sobas e Homens do Rei: relações de poder e escravidão em Angola (séculos XVII e XVIII)*. Maceió: Edufal, 2015.

CARVALHO, Flávia. Uma saga no sertão africano: o jaga de Cassange e a diplomacia comercial portuguesa no final do século XVIII. In: DEMÉTRIO, Denise Vieira; SANTIROCCHI, Ítalo; GUEDES, Roberto (org.). *Doze Capítulos sobre escravizar gente e governar escravos: Brasil e Angola - séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

CORRÊA, Carolina Perpétuo. *Cambambe, Angola, No Contexto do Comércio Atlântico De Escravizados (1790-1850)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2019.

CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa: Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, Série E – Império Africano, 1937.

COUTO, Carlos. *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII. Subsídio para o Estudo da sua Actuação*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972.

CRUZ E SILVA, Rosa. The saga of Kakonda and Kilengues: relations between Benguela and its interior, 1791-1796. In CURTO, José C; LOVEJOY, Paul E. *Enslaving connections: changing cultures of Africa and Brazil during the era of slavery*. New York: Humanity Books, 2004.

FERREIRA, Roquinaldo A. *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800*. A dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree Doctor of Philosophy in History. University of California: Los Angeles, 2003.

FREUDENTHAL, Aida, PANTOJA, Selma (ed.). *Livro dos Baculamentos: que os sobas deste Reino de Angola pagam a Sua Majestade (1630)*. Luanda: Ministério da Cultura e Arquivo Nacional de Angola, 2013.

GODOY, Silvana Alves de. *Mestiçagem, guerras de conquista e Governo dos Índios na construção da América Portuguesa na América (séculos XVI e XVII)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017.

GUEDES, Roberto, PONTES, Caroline de Souza. Notícias do presídio de Caconda (1797): moradores, escravatura, tutores e órfãos. In: PAIVA, Eduardo França, SANTOS, Vanicléia Silva (orgs). *África e Brasil no Mundo Moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em História – UFMG, 2013.

GUEDES, Roberto. Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no Reino de Angola (Segunda metade do século XVIII). In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro; RIBEIRO, Marília de Azambuja; SILVA, Gian Carlo de Melo. (Org.). *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. Ied. Recife: Editora Universitária, 2012.

HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007.

HEYWOOD, Linda. De português a africano: a origem Centro-Africana das culturas Atlânticas crioulas no século XVIII. In: HEYWOOD, Linda M. (org). *Diáspora Negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

HILTON, Ane. The Jaga reconsidered. *The Journal of African History*, v. 22, n. 2, 1981.

HEYWOOD Linda M. e THORNTON John K., *Central Africans, Atlantic Creoles, and the making of the foundation of the Americas, 1585-1660*. New York: Cambridge University Press, 2007.

JÚNIOR, A. de Assis. *Dicionário Kimbundu-Português*. Luanda: Argente, Santos e Comp., Lda., [s.d.].

LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. Notícia da campanha, e paiz do Mosul, que conquistou o Sargento Mor Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, no anno de 1790, até

princípio do anno de 1791. *Annaes Maritimos e Coloniaes redigidos sob a direção da Associação Maritima e Colonial*, Sexta parte, parte não oficial, 1846, Lisboa na Imprensa Nacional.

MATTOS, Hebe. "Guerra Preta": culturas políticas e hierarquias sociais no mundo atlântico. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MILLER, Joseph C. Requiem for the "Jaga". In: *Cahiers d'études africaines*, vol. 13, n°49, 1973.

MILLER, Joseph C. *Poder político e parentesco: os antigos estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional/Ministério da Cultura, 1995.

NASCIMENTO, J. Pereira do. *Grammatica do Umbundo ou lingua de Benguela* / J. Pereira do Nascimento. - [S.l.] : [s.n.], [s.d.].

PARREIRA, Adriano. *Dicionário glossográfico e toponímico da documentação sobre Angola (Séc. XV-XVII)*. Lisboa: Estampa, 1990.

SANTOS, Catarina Madeira. Um governo "polido" para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750 - c.1800). Tese de Doutorado. Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Lisboa, 2005.

SANTOS, Maria Emília Madeira. *Em busca dos Sítios do Poder na África Centro Ocidental. Homens e Caminhos, Exércitos e Estradas (1483-1915)*. International symposium Angola on the move: transport routes communications, and history. Berlim, 2003.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina Madeira. *Africae Monumenta: a apropriação da escrita pelos Africanos: volume I – Arquivo Caculo Cacahenda*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.

THORNTON John K. A Resurrection for the Jaga. *Cahiers d'études africaines*, vol. 18, n°69-70, 1978.

THORNTON, *A África e os Africanos na formação do Mundo Atlântico*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

THORNTON, John K. *Warfare in Atlantic Africa 1500-1800*. London: UCL Press, 1999.

VANSINA, Jan. More on the invasions of Kongo and Angola by the Jaga and the Lunda, *The Journal of African History*, v. 7, n. 3, p. 421-429, 1966.

Recebido em: 15 de outubro de 2021.

Aprovado em: 30 de novembro de 2021.